



4521657



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 326ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
(CONANDA)**

Datas: 12 e 13/06/2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias doze e treze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar Auditório Ana Paula Crossara, foi realizada a Trecentésima Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **Estiveram presentes dia 12/06/2024:** Verena Martins de Carvalho (Secretaria-Executiva) Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ricardo Melo (Fórum Nacional DCA); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Dayse César Frango Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (Gabinete da Assessoria Jurídica das Organização Populares – GAJOP); Denise Santos Aguiar de Sá (Ministério da Cultura); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular – CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Haímie Carvalho Ressiguiier (Ministério do Esporte); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maraisa Bezerra Lessa (Ministério da Educação); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Marina De Pol Poniwas (CFP); Synésio Batista da Costa (ABRINQ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Willian Eutério Azevedo dos Santos (Representante do CPA/SE); Kleberon José Tavares de Sá (Representante do CPA/AP); Maria Gabriela Pereira da Costa (Representante do CPA/CE); Rayssa Dias Lima (Representante do CPA/MA); Alice Geen Borges (Representante do CPA/RJ); Eloi Gallon (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB); Vera Maria Oliveira Carneiro (Titular/Movimento de Organização Comunitária - MOC). **Convidados:** Sara Hussein G. de Figueiredo (FLACSO); Nancy Soares Torres (FLACSO); Salete Valesan (FLACSO). **No dia 13/06/2024 estiveram presentes:** Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Dayse César Frango Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (Gabinete da Assessoria Jurídica das Organização Populares – GAJOP); Denise Santos Aguiar de Sá (Ministério da Cultura); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e

Cultura Popular – CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Háimie Carvalho Ressiguiier (Ministério do Esporte); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maraisa Bezerra Lessa (Ministério da Educação); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Marina De Pol Poniwas (CFP); Synésio Batista da Costa (ABRINQ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Luisa Raquel Alves Espindula (SNJ); Willian Eutério Azevedo dos Santos (Representante do CPA/SE); Kleberon José Tavares de Sá (Representante do CPA/AP); Alice Geen Borges (Representante do CPA/RJ). **Convidados:** Sara Hussein G. de Figueiredo (FLACSO); Lucas Arruda C. Muniz (FLACSO); Maria Isabel da Silva (FLACSO).

**Dia 12/06/2024 – Manhã – Abertura da 326ª Assembleia Ordinária do Conanda:**A

Presidente do Conanda Sra. Marina de Pol Poniwas iniciou a reunião com a apresentação da **pauta dos dias doze e treze de junho de dois mil e vinte e quatro:** 1. Abertura da 326ª

Assembleia do Conanda com Leitura da Ordem do dia.; A) Informes da Secretaria Executiva do Conanda; B) Relato do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA; C) Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF; D) Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP; E) Deliberação sobre o processo de escolha do CPA, gestão 2025-2026; F) Relatoria do GT Sinase; G) Encaminhamentos e conclusão do 1ª dia da 326ª Assembleia Ordinária do Conanda. 2. Abertura do 2º dia da 326ª Assembleia Ordinária do Conanda com Leitura da Ordem do dia; A) Relato da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF Convidada: Maria Gutenara, Coordenadora-Geral de Políticas Temáticas da SNDCA/MDHC; B) Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP; C) Apresentação sobre as Escolas de Conselhos - Monitoramento da aplicação dos recursos do Fundo Nacional para Criança e Adolescente – Convidada: - Clayse Moreira e Silva, Coordenadora - Geral de Fortalecimento do Sistema de Garantia e Direitos; D) Relato do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio Grande do Sul (CEDICA/RS) e dos membros do Conanda que acompanham a pauta – Convidada: Simone Maria Pedott Romanenc, Presidente do CEDICA/RS; E) Encaminhamentos finais; F) Conclusão e encerramento da 326ª Assembleia Ordinária do Conanda.

Continuamente, A Sra. Marina de Pol Poniwas iniciou enfatizando a importância do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil e expressou preocupação com a reintrodução de uma Proposta de Emenda à Constituição, PEC, voltada para a redução dessa prática, conforme anunciado pelo Ministério Público do Trabalho. Em seguida, a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo lamentou sua impossibilidade de participar plenamente de um seminário significativo realizado no mesmo dia, onde a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, CONAETI, estaria representada à tarde. Detalhou seu envolvimento no Prêmio Prefeito Amigo da Criança junto ao Sr. Claudio Augusto Vieira da Silva, ressaltando a relevância do evento para promover políticas públicas em prol dos direitos das crianças. Informou também que a Sra. Deila do Nascimento M. Cavalcanti e a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo assumiriam a coordenação das atividades do Conanda na parte da tarde. Nos informes, houve uma apresentação formal abordando aspectos como altura, etnia e vestuário. A Sra. Lucinete Correa Tavares concluiu os informes solicitando que os pesquisadores apresentem os resultados detalhados da operação Caminhos Seguros na próxima sessão da Assembleia Deliberativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, enfatizando a relevância dos dados obtidos para as políticas futuras do Conselho. Posteriormente, o Sr. Renato César Ribeiro Bomfim iniciou a reunião pedindo desculpas e cumprimentando a todos

os presentes. Abordou a construção do Conselho Participativo de Adolescentes, CPA, na Paraíba, agradecendo à Flacso pela colaboração essencial para o sucesso do evento realizado em João Pessoa nos dias 3 e 4 de junho. Enfatizou que o evento não se limitou ao dia 3, mas abrangeu ambos os dias, dedicando o primeiro para integração e seleção de representantes das 14 regionais, totalizando 40 inscritos, entre titulares e suplentes, cada um representando uma regional do estado e um edital de diversidade. Destacou a importância da formação política e histórica proporcionada durante meses de preparação para o evento, que ocorreu de forma plena e democrática. Expressou gratidão a todos os envolvidos e destacou o compromisso do CPA estadual de expandir suas atividades para os 223 municípios da Paraíba. O Sr. Ricardo Melo, abordou a dificuldade de acessar dados atualizados sobre o trabalho infantil no Brasil, enfatizando a necessidade de investimento na atualização e precisão dos dados para a formulação de políticas públicas eficazes. Logo após, o Sr. Kleber José Tavares de Sá, destacou a dimensão cultural do trabalho infantil no Brasil, remontando à colonização e à escravidão, que contribuíram para a perpetuação desse fenômeno. Enfatizou a urgência de reconhecer e combater essas práticas. A Sra. Maria Gabriela Pereira da Costa, abordou os impactos sociais do trabalho infantil, criticando sua naturalização e romantização, e defendeu a implementação de medidas eficazes para proteger os jovens vulneráveis. O Sr. Willian Eutério Azevedo dos Santos mencionou a Conferência Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, que discutiu os impactos da pandemia e propôs medidas para enfrentar o trabalho infantil, destacando o papel crucial do Conanda nesse contexto. A reunião também refletiu sobre o trabalho infantil no meio digital e a proteção das crianças de comunidades tradicionais, sublinhando a necessidade de respeitar seus direitos e culturas específicas. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim concluiu reiterando a importância de enfrentar o trabalho infantil, citando legislações e resoluções pertinentes que apoiam essa causa e enfatizando a necessidade contínua de educação e conscientização sobre essas questões para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. A Sra. Tatiana Augusto Furtado Gomes contribuiu com observações pertinentes sobre o Termo de Referência, TR, da Comunicação, enfatizando a necessidade urgente de melhorar o armazenamento e acesso aos registros do Conanda. Destacou a complexidade atual de localizar informações específicas, propondo uma estratégia organizacional para gerenciar e compartilhar recursos de forma mais eficiente. A Sra. Vera Maria Oliveira Carneiro também manifestaram preocupações sobre o acesso e organização dos documentos do Conanda. Mencionou a transição dos arquivos do antigo site "direitosdacrianca.org" para o portal Participe Mais Brasil, salientando a importância de manter um repositório organizado para preservar o histórico do Conselho. Propôs a utilização de boletins informativos para melhorar a dinâmica de comunicação do Conanda, além de explorar plataformas como YouTube e Instagram. Durante a discussão com a Sra. Tatiana Augusto Furtado Gomes, a Sra. Deila do Nascimento M. Cavalcanti e o Sr. Edmundo Ribeiro Kroger, foram abordadas questões críticas relacionadas ao Termo de Referência, TR, do Conanda e suas implicações operacionais. A Sra. Marina De Pol Poniwas e o Sr. Willian Eutério Azevedo levantaram preocupações sobre a falta de especificações claras nas atribuições do TR, especialmente no que diz respeito à gestão de documentos, redes sociais e site do Conselho. Após uma revisão detalhada, reconheceu-se a necessidade de uma descrição mais precisa das responsabilidades gerais do TR para atender adequadamente às demandas do Conanda. Além disso, discutiram-se questões amplas relacionadas ao uso adequado de Termos de Referência para contratações e à necessidade de um especialista em comunicação para lidar com os desafios complexos enfrentados pelo Conselho. Foi mencionada a dificuldade causada pelo fechamento de canais de comunicação em administrações

anteriores, afetando a transparência e eficiência do Conanda. A reunião também destacou a colaboração com o Conselho Brasileiro de Adolescência, CBA, para incluir jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nas discussões do Conanda, visando ampliar a participação dos CPAs estaduais nessas iniciativas. A Sra. Amanda Anderson de Souza iniciou discussões sobre recomendações relacionadas à calamidade no Rio Grande do Sul, enquanto A Sra. Dayse César Frango Bernardi enfatizou a importância de avaliar o impacto das medidas propostas para mitigar a crise no estado. Houve debates sobre projetos de lei e estratégias políticas para influenciar decisões legislativas. A conclusão da reunião enfatizou a importância de coordenação estratégica e transparência na implementação das próximas ações, incluindo a formalização de grupos de trabalho específicos para garantir processos participativos e informados dentro do Conanda. Essas discussões refletem o compromisso do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em fortalecer suas operações e comunicações para melhor servir aos interesses das crianças e adolescentes no Brasil. **Dia 12/06/2024 – Tarde:** A Sra. Débora de Carvalho Vigevani iniciou seu relato detalhando a reunião conjunta da Comissão Permanente de Políticas Públicas, CPP, e da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Sociais, CDHP. A coordenação foi conduzida pela Sra. Bruna Bragança Boreli Volponi, representante do Ministério da Saúde, devido à ausência da coordenadora e suplente da CPP, ambos do MDS Tunchérias. Débora, como relatora, mencionou a presença dos seguintes conselheiros da CPP: Leoneia do Ministério do Esporte. Pela CDAHP, estavam presentes Deila do Nascimento M. Cavalcanti, Bruno, Carlos Federico, Nathalie e Cristina. Representando o CPA estava Gabriela. Como convidados, participaram o Sr. Renato César Ribeiro Bomfim, da CMF, Assis, da UNB, Jones de Fone, da Federal do Pará, Jardilene, da Comissão de Infâncias e Adolescências Quilombolas, e Paulo Tadeu, conselheiro suplente, além de Júlio Sirlei. Verena Martins de Carvalho, da Secretaria Executiva, também estiveram presentes. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim propôs manter a consulta pública por 60 dias para assegurar ampla participação, considerando as dificuldades de acesso à internet enfrentadas por povos e comunidades tradicionais. Enfatizou a importância de mobilizar diversas instituições, como o Reté 10 do Rio de Janeiro, para enriquecer o debate e contribuir na elaboração da resolução. Também sugeriu o uso do portal Participa Mais Brasil como plataforma adequada para conduzir a consulta pública de forma inclusiva e eficaz. Durante a reunião, discutiu-se a responsabilidade da Comissão de Planejamento e Procedimentos, CPP, em orientar e organizar os temas em pauta. A Sra. Ana Claudia Cifali, ao expressar sua gratidão pela significativa presença dos participantes, propôs que a CPP coordenasse o calendário proposto, destacando um evento marcado para 2 de julho, que coincide com a independência da Bahia, sugerindo a mudança da reunião ampliada para 3 de julho. No tocante ao processo de seleção do CPA para 2025-2026, confirmou a revisão e aprovação dos documentos conforme o cronograma estabelecido, sem contribuições adicionais. Também abordou a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, enfatizando a necessidade de considerar essas questões nas próximas etapas, evitando métricas baseadas apenas em likes devido às preocupações com saúde mental. Por fim, a Sra. Ana Claudia Cifali mencionou um documentário relevante sobre a história da Bahia. A reunião encerrou-se com o planejamento de preparar uma lista de organizações e especialistas para a próxima reunião ampliada. No grupo de trabalho, a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo e a Sra. Bruna Bragança Boreli Volponi coordenaram a discussão sobre as próximas etapas, organizando ativamente a participação dos conselheiros na plataforma. Agradecimentos foram feitos aos três conselheiros do governo pela colaboração, sendo planejada sua inclusão no grupo dos governamentais. A discussão com a sociedade civil e grupos diversos foi coordenada,

confirmando a presença da Sra. Lucinete Correa Tavares e o Sr. Edmundo Ribeiro Kroger como os representantes participantes. A comunicação foi ajustada para garantir sua participação tranquila. Na COF, os detalhes foram organizados, mencionando-se a necessidade de ajustar a agenda para a apresentação. Compartilhou-se a minuta com o grupo maior para finalização do documento ainda no dia. Destacou-se a dependência da participação da Sra. Cleyse e do relato do pessoal do Rio Grande do Sul para a conclusão do processo. Confirmou-se o recebimento das resoluções por e-mail, destacando a brevidade dos documentos e a necessidade de aprovação no dia seguinte. Projetaram-se as próximas etapas do GT de Orfandade, ressaltando o cumprimento do cronograma estabelecido e as deliberações da última Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seguida, a Sra. Dayse César Frango Bernardi propôs incluir como convidado permanente a Coordenação Geral de Convivência Familiar e Comunitária. Mencionou um pedido recente do ministro para desenvolver um projeto de mapeamento sobre órfãos, acreditando que essa iniciativa é pertinente ao trabalho do Grupo Temático, especialmente com apoio financeiro conjunto. A Sra. Dayse César Frango Bernardi propôs autorizar esses conselheiros a representar o Conanda, encaminhando à Secretaria Executiva os relatórios necessários. Destacou a importância de discutir o modelo do relatório entre os membros do grupo para garantir sua eficácia. Além disso, esclareceu que o trabalho dos conselheiros do Conanda não está vinculado ao reconhecimento da situação de emergência estadual, ampliando sua atuação além dos prazos legais estabelecidos para assegurar o retorno das famílias às suas residências, escolas e unidades de saúde. Exploram-se possíveis ajustes para que a resolução sobre o estado de calamidade não se restrinja apenas aos municípios oficialmente declarados em calamidade. Isso permitirá uma abordagem mais ampla e inclusiva, considerando diferentes realidades e necessidades locais. Adicionalmente, a Sra. Dayse César Frango Bernardi apresentou a proposta de criação do Grupo Temático para Desenvolver a Política Nacional de Proteção dos Direitos de Criança e Adolescente no Ambiente Digital, visando formular estratégias integradas para combater a violência, abuso e exploração no ambiente digital, promovendo o uso seguro de dispositivos digitais e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. Explicou que o grupo será composto por conselheiros da sociedade civil, do Poder Executivo e convidados permanentes, incluindo representantes do Comitê de Participação de Crianças e Adolescentes do Conanda e outros especialistas. A coordenação ficará a cargo da Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente do Conanda. Apresentou as atualizações e propostas em discussão, solicitando que todos os presentes levantassem a mão para aprovar as medidas sugeridas. A relatoria da Comissão será definida entre os conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos Humanos do domicílio. Os participantes no Distrito Federal se reunirão presencialmente por videoconferência, enquanto os membros de outros centros federativos participarão virtualmente. As reuniões ordinárias serão mensais, e as extraordinárias ocorrerão quando solicitadas pela coordenação do Grupo Temático. O Grupo Temático poderá convidar representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, instituições públicas e privadas, além de especialistas, para participar das discussões sobre o direito à criança e adolescência. A divulgação das discussões em curso requer permissão da coordenação do Grupo Temático. O prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo Temático é 12 de outubro de 2024, podendo ser prorrogado por 30 dias. O produto final será submetido à deliberação plenária do Conselho e encaminhado ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. A Secretaria Executiva do Conanda fornecerá apoio administrativo ao Grupo Temático, enviando convocações e convites por e-mail. A participação é considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

Por fim, a Sra. Marina De Pol Poniwas destacou a importância de reservar espaço para a participação de Beto representando o Conanda no GT de telas, sugerindo que um representante da sociedade civil ceda seu lugar. Elisa concordou com a proposta, encerrando a discussão sobre os destaques da reunião. A discussão se voltou para a organização da caravana em Salvador, com planejamento detalhado dos aspectos logísticos, incluindo a mudança da data da caminhada para permitir a participação das escolas públicas. A caravana culminará com um evento na Praça Municipal e um seminário posteriormente, reunindo conselheiros municipais e tutelares de todo o estado. **Dia 13/06/2024 – Manhã:** A reunião teve início com o Sr. Antônio Lacerda Souto destacando a relevância dos Programas de Desenvolvimento da Administração Pública, PRODOCs, no âmbito da gestão pública. Durante sua apresentação, a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo discutiu amplamente os atuais produtos da Secretaria, destacando a relevância dos protocolos para o Conselho de Direito devido à autonomia e flexibilidade que proporcionam. Também abordou o Projeto de Cooperação Internacional – Protocolo Instrumental de Administração Pública, exemplificando seu impacto usando o projeto OEI 1602, financiado exclusivamente pelo fundo, enfatizando a influência das deliberações do Conselho nas ações através dos PRODOCs. Além disso, a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo detalhou o trabalho em curso para organizar e sistematizar as informações históricas sobre a utilização dos recursos dos PRODOCs. Sublinhou a complexidade dos procedimentos administrativos e jurídicos envolvidos na aplicação desses recursos, destacando a importância de um monitoramento rigoroso das deliberações do Conselho. Ressaltou que a coordenação na Secretaria frequentemente enfrenta desafios significativos para controlar a execução dos projetos, enfatizando a importância de estabelecer metas claras, monitorar resultados e analisar os riscos envolvidos. Adicionalmente, a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo ressaltou que a consultoria complexificação a gestão administrativa. Cada projeto e consultoria requer uma análise minuciosa, com produtos frequentemente revisados e sujeitos a avaliações e processos de contratação demorados. Enfatizou a importância de não subestimar a necessidade de planejar a transferência de conhecimento pós-consultoria para assegurar a sustentabilidade das iniciativas, garantindo que os produtos desenvolvidos sejam plenamente integrados e tenham um impacto estratégico alinhado aos objetivos do projeto. Explicou que os PRODOCs englobam diversas modalidades de contratação, envolvendo consultores individuais e empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, todas dedicadas exclusivamente ao escopo do projeto. O Sr. Claudio Augusto Vieira da Silva discutiu a decisão de desenvolver dois projetos de cooperação internacional focados em temas prioritários para a Secretaria Executiva. Explicou que essa escolha resultou de um esforço conjunto entre a Secretaria Executiva e o gabinete, com o objeto e o desenho dos projetos decididos com o apoio da SECI. Um dos projetos mencionados foi o PNUD de código 18024, voltado ao enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. Claudio detalhou que todas as ações dentro deste projeto estão alinhadas com esse objetivo, incluindo atividades de capacitação oferecidas na indica, além de outras iniciativas contínuas. Também mencionou o projeto 1824, intitulado "Fortalecimento da Garantia do Direito à Vida e da Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil", originalmente com vigência até 2022. Em 2022, passou por uma revisão que estendeu seu prazo por mais dois anos, agora encerrando em dezembro de 2024. Claudio explicou que ainda há recursos disponíveis para execução e que foi submetida uma revisão extraordinária à ABC para prorrogá-lo por mais 2 a 3 anos, visando atender novas demandas. Destacou o projeto UNOPS, cuja vigência original até 2022 foi estendida por mais dois anos. Enfatizou a importância desses projetos internacionais, que têm objetivos

específicos e contribuem significativamente para as políticas públicas da Secretaria, apesar dos desafios regulatórios e de financiamento enfrentados ao longo dos anos. Posteriormente, o Sr. Renato César Ribeiro Bomfim elogiou a apresentação, destacando-a como pedagógica e bem elaborada, abordando questões fundamentais sobre os PRODOCs. Enfatizou a importância dos recursos disponíveis através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, expressando preocupação com a falta de editais para aproveitar esses fundos pela sociedade civil. Também levantou questões sobre a viabilidade de modificar o escopo da carta-acordo da UNOPS, questionando a pertinência da construção de unidades socioeducativas diante das atuais políticas públicas. Indicou que faria algumas perguntas e depois apresentaria uma sugestão de encaminhamento. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim destacou que os PRODOCs oferecem flexibilidade e autonomia na implementação de políticas públicas, enfatizando que essa não é a única abordagem viável. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim, destacou as dificuldades enfrentadas pela Caixa Econômica para liberar recursos, comparando essa burocracia com a complexidade de realizar alterações mínimas. Enfatizou que sua experiência com o PRODOCs revela que, embora ofereça vantagens significativas, não é ideal conforme idealizado. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim ressaltou a flexibilidade proporcionada pelo PRODOCs em comparação com outras formas de implementação de políticas públicas, enfatizando a importância da transparência e dos princípios da administração pública. Sublinhou a necessidade de cuidado na definição inicial do escopo de um projeto, destacando a dificuldade de fazer mudanças significativas uma vez que o objeto esteja definido. Além disso, o Sr. Renato César Ribeiro Bomfim expressou sua preocupação em relação ao Projeto de Lei nº 1904 de 2024, discutido na Câmara dos Deputados, que equipara o aborto ao crime de homicídio em certas circunstâncias, inclusive eliminando exceções para casos de estupro, estabelecidas pela legislação brasileira desde 1940. Manifestou preocupação com o potencial impacto negativo dessa proposta, sublinhando que viola a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e várias normas internacionais. Destacou que, em 2022, 8 em cada 10 vítimas de violência sexual eram menores de idade, enfatizando a necessidade de proteger os direitos reprodutivos das mulheres, especialmente as mais jovens e vulneráveis. Adicionalmente, o Sr. Renato César Ribeiro Bomfim posicionou-se sobre a segurança pública no Brasil, destacando o uso de câmeras corporais pela polícia como uma medida significativa. Um estudo do núcleo de estudos de violência da USP revelou que policiais militares de pelo menos três estados brasileiros estão implementando ou conduzindo projetos piloto com câmeras corporais. Expressou preocupação com o edital de licitação 15 de 2024 da PM de São Paulo, que propõe a substituição das câmeras corporais atualmente em uso, sugerindo mudanças substanciais no programa Olho Vivo, como a revisão das gravações ininterruptas, para preservar os avanços na redução da violência policial. **Dia 13/06/2024 – Tarde:** A Sra. Rayssa Dias Lima enfatizou a importância do engajamento do Conselho de Participação de Adolescentes, CPA, sob o princípio "nada para nós sem nós", especialmente ao discutir políticas públicas. Sua apresentação destacou práticas recomendadas e sugestões para aprimorar a sociedade. Argumentou vigorosamente pela gestão democrática e inclusiva na educação, enfatizando que essa abordagem foi crucial para revisar a posição do Conanda sobre o tema. Criticou a militarização escolar, argumentando que não resolve as vulnerabilidades sociais dos estudantes e pode excluir aqueles que não se enquadram no perfil desejado. Também mencionou avaliações nos Estados Unidos que demonstram que a disciplina militar não melhora significativamente o desempenho acadêmico dos estudantes e resulta em disparidades prejudiciais, especialmente para grupos vulneráveis. Ressaltou que atribuir o sucesso das escolas militares apenas ao ambiente

militarista é simplista, ignorando as condições especiais da oferta educacional e os custos significativamente maiores envolvidos. Durante as discussões, outros participantes levantaram a necessidade de financiamento público adequado para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, conforme preconizado pelo FUNDEB permanente. Foi enfatizada a importância de uma educação democrática de qualidade, valorizando as diversidades étnicas e culturais como essenciais para o desenvolvimento humano e o exercício pleno da cidadania. A Sra. Simone Maria Pedott Romanenc informou que foram convocados suplentes devido ao déficit de três Conselhos Tutelares severamente afetados por alagamentos em Porto Alegre. Outro Conselho sofreu danos menos graves, resultando em um déficit total de seis Conselhos na cidade. A principal deliberação foi a criação de um formulário para que os Conselhos Estaduais pudessem contribuir com percepções e recomendações, especialmente considerando eventos climáticos e mudanças necessárias nas práticas. Também destacou a falta de preparação do sistema de garantia de direitos para lidar com emergências, enfatizando a importância de iniciar conversas preventivas para melhorar a preparação da rede. Solicitou a participação de outros órgãos, como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Ministério do Trabalho, para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Houve um pedido específico de recomendações para atender crianças entre 6 e 18 anos, frequentemente negligenciadas em termos de práticas e materiais educacionais adequados. Durante as discussões subsequentes, reiterou-se a urgência de convocação de novos conselheiros e criação de Conselhos Tutelares emergenciais. Em 6 de junho, o Ministério Público do Rio Grande do Sul recomendou ao prefeito de Porto Alegre a convocação urgente de 10 suplentes e a criação de 3 novos Conselhos Tutelares. A Sra. Simone Maria Pedott Romanenc expressou preocupação com a demora na implementação dessas medidas e mencionou a possibilidade de adotar medidas legais caso não sejam tomadas providências adequadas. As reuniões enfatizaram a necessidade urgente de uma resposta coordenada e eficaz diante de emergências, bem como o fortalecimento da infraestrutura dos Conselhos tutelares para enfrentar desafios futuros com maior preparo e eficiência. A Sra. Simone Maria Pedott Romanenc ressaltou os impactos das recentes tragédias nos Conselhos tutelares, especialmente aqueles que perderam registros valiosos, e destacou a importância da mobilização estratégica do Conanda e da Secretaria para apoiar os afetados. Além disso, mencionou a necessidade contínua de apoio e ampla articulação para garantir que os Conselhos Tutelares e de Direitos possam responder prontamente e eficazmente a futuras crises, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil.

MARINA DE POL PONIWAS

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Pol Poniwas, Usuário Externo**, em 16/09/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4521657** e o código CRC **8C4D7E38**.

---

**Referência:** Processo nº 00135.209220/2024-57

SEI nº 4437849